

REPENSANDO A REPRODUÇÃO SOCIAL DE JOVENS TRABALHADORES

Myrtes de Aguiar Macêdo¹

Resumo:

Este texto apresenta uma reflexão sobre a reprodução social de jovens trabalhadores, tendo por base uma pesquisa junto a organizações comunitárias de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Partindo das trajetórias individuais, o estudo mostra a importância do grupo familiar e de mediações institucionais no campo do trabalho e da cultura na organização da reprodução das condições materiais e do modo de vida desses jovens.

Palavras chaves:

Reprodução social, trabalho, trajetória de vida, esfera familiar, jovem trabalhador.

Rethinking the social reproduction of young workers

Abstract:

This text presents a reflection about about young workers social reproduction based on research carried out in the Rio de Janeiro city. It looked at individual trajectories in order to observe the family group and institutional mediation for their development in working and cultural activities resulting in these young people material conditions and way of life.

Key words:

Social reproduction, work, life trajectory, family sphere, young worker.

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO.

Introdução

Esta comunicação põe em foco as formas sociais de produção da “sobrevivência” de jovens trabalhadores e de suas famílias, sinalizando o entrecruzamento de suas próprias estratégias com as estratégias dinâmicas da sociedade para criação de oportunidades de formação profissional e de trabalho. Dessa forma, as estratégias ocupacionais desses jovens, efetivamente desenhadas no curso de suas vidas reprodutivas, resultam do seu imbricamento nas relações sociais concretas. O eixo estruturante dessa exposição encontra-se na relação trabalho e educação profissional apreendida através dos projetos de formação/incorporação de adolescentes no mercado de trabalho, desenvolvidos por entidades assistenciais, na cidade do Rio de Janeiro.

Um primeiro estudo sobre a mediação de entidades assistenciais no campo da formação profissional de adolescentes, através de sua inserção na esfera produtiva na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado no período de agosto de 1995 a janeiro de 1997. Essa pesquisa intitulada “*Criança/Adolescente e Trabalho: profissionalização mediada pelas ONGs*” fez parte do projeto integrado “Questão Social da Criança e do Adolescente: mediações no âmbito do trabalho” sediado na UFPB e estendido à PUC/Rio, com o apoio do CNPq. Os resultados obtidos reconhecem que os chamados projetos de inserção de adolescentes criam uma modalidade de emprego para os adolescentes, denominada de emprego assistido. Nesse tipo de emprego, as relações de trabalho se estabelecem numa triangulação em que as empresas (mediante convênio) repassam recursos para entidades assistenciais, que por sua vez, lhes encaminham esses jovens trabalhadores na condição de aprendizes. Às organizações assistenciais cabe o papel de contratante da força de trabalho dos adolescentes, bem como, o de agente formador responsável pelo recrutamento, treinamento e acompanhamento sistemático desses jovens nos locais de trabalho. As conclusões desse estudo revelam as relações contraditórias que envolvem as entidades formadoras e as empresas parceiras, concluindo que o emprego assistido configura-se como um tipo de capacitação profissional fortemente ambíguo, transfigurando ou mesmo distorcendo as relações necessárias entre trabalho e educação na perspectiva de um processo unitário de formação profissional. Isto se deve ao fato de que o trabalho de adolescentes socialmente assistidos, mesmo legalizado, chega a funcionar, em alguns casos, como mecanismo de utilização de mão de obra barata, com vínculos empregatícios precários, além de se configurar, na maioria das vezes, como um espaço de desenvolvimento de atividades repetitivas que se manifestam incompatíveis com as necessidades de aprendizagem desses jovens. Dessa forma, o conjunto de experiências de formação profissional pelo trabalho tem sido problematizado, particularmente no que se refere à sua capacidade educativa.

No contexto histórico da sociedade brasileira, a relação trabalho-educação apresenta-se como um processo dual, no qual o ensino profissionalizante sempre foi tratado de forma dissociada da educação escolar (Frigotto, 1995; Ferreti, 1995). Esse distanciamento se reproduz, de forma muito acentuada, no âmbito dos projetos de inserção que estamos discutindo nesse texto. Isto ocorre, sobretudo, pela desarticulação entre o trabalho dos adolescentes nas empresas e suas atividades de ensino vinculadas à escola formal. Em conseqüência, o engajamento desses jovens na esfera empresarial tende a focar o trabalho como um fim em si mesmo, aprofundando cada vez mais a dicotomia entre o que seria um “estágio profissionalizante” e o ensino escolar. Essa inorganicidade da relação trabalho-educação leva a alternativa de trabalho imposta aos adolescentes pobres a se caracterizar como uma opção perversa que, ao invés de complementar, substitui o ensino escolar.

Nos anos 90, com a crise no mercado formal de trabalho, esses projetos de inserção passam a enfrentar novos desafios, colocando-se numa encruzilhada diante das incertezas do mercado de trabalho assalariado e do incentivo ao auto-trabalho ou auto-emprego por parte da política governamental de formação profissional e de geração de trabalho e renda. Assim, a sustentabilidade e a eficácia desses projetos, cujos efeitos imediatos resultam da relação direta entre educação profissional e empregabilidade, ficam comprometidas. Em conseqüência, o debate sobre as condições de empregabilidade desse conjunto de jovens chama a atenção para o curso de suas trajetórias ocupacionais, após o seu desligamento institucional. Para aprofundar essas questões tornou-se necessário proceder uma mudança metodológica na pesquisa que se caracterizou pelo deslocamento do campo a ser pesquisado, passando do âmbito das entidades assistenciais para o local de trabalho dos jovens trabalhadores. Esse direcionamento foi consubstanciado no projeto de pesquisa intitulado “*Trabalho e formação técnico profissional: um estudo sobre as formas e os significados do emprego assistido de adolescentes na cidade do Rio de Janeiro*” que teve início em 1997. No conjunto de questões formuladas no escopo dessa pesquisa, a principal indagação busca identificar o impacto do emprego assistido no desenho das trajetórias dos egressos. Nesse sentido a pesquisa, a partir de 1997, teve como objetivos: desvendar as principais vias de incorporação produtiva dos jovens assistidos pelos projetos de inserção na cidade do Rio de Janeiro após seu desligamento; e compreender a percepção desses jovens trabalhadores a respeito da importância da formação profissional adquirida na construção das suas trajetórias individuais.

Numa primeira fase (Out/97 a Jul/99) a pesquisa teve dois grupos como população pesquisada: um grupo de adolescentes em vias de desligamento das entidades formadoras; e um conjunto de jovens em busca do primeiro emprego, cadastrado no CRT (Centro de Referência do Trabalho da

Pastoral do Menor). Na segunda fase (Ago/99 a Jul/01) a pesquisa enfocou uma rede de organizações mobilizadoras de mão-de-obra fora do mercado formal de trabalho, enquanto expressões da economia informal. Com essa estratégia, procuramos desvendar a multiplicidade de trajetórias construídas pelos jovens no campo da economia informal.

Trabalho e reprodução social

A relação trabalho e reprodução social, objeto de discussão nesse artigo, é pensada no contexto das transformações recentes no mundo do trabalho no Brasil (Baltar, Dedecca, Henrique, 1996). Nesse contexto, o desemprego aparece como o fenômeno que mais ameaça as condições de reprodução dos segmentos da população que vivem do trabalho. Nesse sentido, o jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 01/05/98, divulga resultados de uma pesquisa realizada pelo pesquisador Márcio Pochmann, que registra tanto a criação de uma enorme massa de desempregados, como a degradação da qualidade das ocupações no Brasil nos anos 90. Denominando esse processo de “subproletarização intensificada”, Antunes (1995) vê como principais expressões desse fenômeno a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. Dessa forma vem chamando a atenção dos analistas, na nova configuração do mercado: o trabalho precário, temporário e desqualificado que se difunde continuamente na informalidade. Este é o desafio que se coloca abertamente para os jovens que se lançam no mercado de trabalho sem encontrar alternativas, além do trabalho sem vínculo formal, temporário e desqualificado. É no âmbito das famílias das classes trabalhadoras que essa problemática inerente à trajetória desses jovens manifesta-se em toda a sua extensão, através da ameaça constante do desemprego de seus filhos. Tal situação de insegurança é vista por Telles (1994): “como causa de desestruturação de um projeto de vida que se organiza quase que exclusivamente nessa frágil – e difícil – relação entre trabalho e família”.

Nessa linha de reflexão, as circunstâncias da produção da sobrevivência mobilizam toda a família como um coletivo, no qual todos os seus membros se colocam disponíveis para o mercado de trabalho. Essa constatação desnuda a importância que a família e o trabalho ocupam na organização da reprodução social das classes trabalhadoras. Diante da crise do mercado de trabalho formal e da quase inexistência de uma rede de proteção social capaz de garantir a provisão de bens e serviços públicos, a reprodução material dessas famílias, cada vez mais, depende fortemente do esforço coletivo de seus membros. Essas considerações apontam para a indissolubilidade entre reprodução social e trabalho, enquanto premissa de ordem metodológica para avançar nas reflexões que têm aqui como foco decifrar as condições de reprodução de jovens trabalhadores e de suas famílias na cidade do Rio de Janeiro.

Reconhecendo a centralidade da família na reprodução social, estudos recentes buscam compreender as transformações de suas relações, chegando a perceber diferenciações significativas quanto às mediações estabelecidas em torno da organização de sua reprodução. Isto quer dizer que as mediações para a reprodução das famílias das classes trabalhadoras são muito distintas das mediações utilizadas pelas famílias de outras classes sociais. Entende Bilac (1995:45), com muita propriedade, que mediações como **trabalho** e **Estado** (política social) não seriam demandadas da mesma forma e com a mesma intensidade na reprodução social de grupos sociais diferentes. Os argumentos alinhados nessa direção indicam que as formas de organização da sobrevivência das famílias das classes trabalhadoras incluem o **trabalho** como a mediação central demandada. Isto chama a atenção para o papel ordenador das relações intra-familiares, tendo por base uma “lógica de solidariedade” interna. Bilac (1991), reconhecendo a força da solidariedade que move as famílias das classes trabalhadoras no sentido de sua reprodução, descreve seus traços comuns assim:

“... uma família sempre preocupada com o equilíbrio entre provedores e consumidores no núcleo familiar, ameaçada que é, continuamente, pelos salários arrojados e pelo desemprego, e que, por isso mesmo, força e reforça a solidariedade entre seus membros e valoriza ao extremo a casa e a propriedade da casa. Por tudo isso, uma família que continuamente se organiza e se desorganiza, uma família que se estrutura e se reestrutura...” (Bilac, 1991:80).

Sendo o **trabalho** o elemento central de estruturação dessas famílias, em momentos de crise no mercado de trabalho, como o que enfrentamos hoje, o grau de fragilidade das estruturas familiares se exacerba. Nesse contexto marcado pela instabilidade nos vínculos de trabalho e pela precariedade de suas condições materiais de sobrevivência, a compreensão das formas de organização da reprodução no interior do grupo familiar supõe o desvendamento do que compõe e como se organizam suas necessidades. Cabe, portanto, identificar o consumo da família, seus rendimentos e as trajetórias de inserção no mercado de trabalho de seus membros. Com Oliveira (2001) entendemos que a reprodução social das famílias se conforma em um processo multifacetado que vai muito além de suas condições materiais de vida, compondo-se também de uma outra dimensão de natureza subjetiva, denominada pelo autor, como uma instância “moral” constitutiva desse processo reprodutivo. Nessa dimensão, cujos determinantes são fatores de ordem psicossocial, o autor considera que aí se estabelece a forma pela qual o capital molda a sociabilidade, afirmando o seguinte:

“O custo da reprodução da força de trabalho envolve essa dimensão “moral”, significando que a força de trabalho tem necessidades de consumo que são produtos do próprio crescimento. Então não se trata só

de feijão, farinha, carne-seca, no Brasil, onde evidentemente, as condições são "imorais". Inclui música, televisão, que também são necessidades morais, o que complica extraordinariamente, porque embutem os mecanismos de alienação na própria elevação das necessidades morais" (Oliveira, 2000:18).

Essa citação mostra o caráter contraditório da reprodução social numa sociedade de consumo. Aqui, é o trabalho abstrato que leva a cabo a satisfação de necessidades. Nesse sentido, o trabalho converte-se em meio para satisfazer as meras "necessidades necessárias" (Heller, 1978).

Na busca de um aprofundamento teórico sobre o processo de reprodução social nessa perspectiva, encontramos nas contribuições de Thompson (1987:37) os elementos conceituais de referência. São contribuições que nos fazem avançar nessa discussão tendo por base a indissolubilidade dos componentes objetivos e subjetivos desse processo, onde a noção de vida reprodutiva é concebida como uma dimensão abrangente e composta por duas categorias fundamentais interrelacionadas e identificadas pelo autor como condições de vida e modos de vida. "Condições de vida", na visão de Thompson, se relacionam aos padrões objetivos e quantificáveis de bens utilizados no consumo; enquanto "modos de vida" são traduzidos pelas formas como as famílias vivenciam as condições objetivas de vida. Aqui o autor resgata a dimensão de subjetividade, através da concepção de "experiência" tomada como uma noção chave no entendimento dos fenômenos sociais.

Essa perspectiva metodológica na análise da reprodução dos indivíduos e das estruturas familiares exige que o processo seja abordado nessa dupla dimensão: uma representada pelas condições materiais de reprodução; e outra representada pelas condições culturais de reprodução que se referem ao modo de vida dos sujeitos estudados. Pensando a reprodução social nestes termos, a questão colocada para discussão é a seguinte: Que fatores têm pautado as condições de reprodução social dos jovens trabalhadores e de suas famílias?

A contextualização dessa questão nos remete às mudanças no mundo do trabalho, como o principal vetor de impacto nas formas de vida desse segmento, exacerbando as vulnerabilidades presentes nas suas formas de existência possíveis.

Trajetórias e ocupações

O nosso ponto de partida consistiu na identificação de trajetórias constituídas mediante a associação existente entre formação profissional, trabalho e estruturas familiares.

A pesquisa de 1999, cujos resultados são explorados nesse texto, foi realizada junto a 39 jovens vinculados às cooperativas de trabalho ou Centro

Cultural Afro Reggae. Essa fase da pesquisa teve início com o mapeamento dos grupos de produção comunitária e cooperativas identificadas como espaços de incorporação de mão-de-obra de jovens trabalhadores. Tal mapeamento consolidou dados referentes a 25 organizações, através das quais selecionamos os grupos tomados como unidade de observação.

O conjunto dos entrevistados apresenta uma história escolar bastante diversa do padrão desejável, visto que 58% não freqüentam mais a escola, ficando sua escolaridade limitada aos níveis da 3ª a 5ª séries do primeiro grau. Por sua vez, o universo familiar dos jovens trabalhadores se compõe de arranjos diversos, destacando-se as unidades formadas por pai, mãe, irmãos, cunhado e sobrinhos. O elemento feminino prevalece como elo de agregação em 30% das famílias, sendo representado, geralmente, pela figura da mãe e em menor escala, pela avó ou pela tia. A mãe aparece na maioria dos casos, como o principal agente responsável pelo recolhimento e administração do rendimento dos membros da família que trabalham para atender os gastos de todo o grupo familiar.

Aqui, as reflexões sobre as “condições de vida” e as percepções dos jovens sobre o trabalho partem dos depoimentos dos entrevistados vinculados às organizações pesquisadas. Dessa forma, como material empírico, utilizamos relatos de vida de jovens que trabalham em projetos comunitários. São nove relatos que, por um lado, revelam buscas e descontinuidades nos vínculos estabelecidos com o mercado de trabalho e, por outro lado, sinalizam as pressões enfrentadas pela sobrevivência na esfera familiar. Os fatos em comum, são a experiência de pobreza e a presença do trabalho precoce na trajetória de vida de todos esses sujeitos.

A seguir apresentamos alguns relatos das trajetórias consideradas mais representativas das condições de reprodução social a que estão submetidos os jovens pesquisados.

Arnaldo, 21 anos, residente na comunidade da Babilônia. Mora com a mãe, o padastro, nove irmãos e dois sobrinhos numa Vila de quartos, num terreno pertencente à família. Apenas o próprio entrevistado e o padastro trabalham, provendo, com o que ganham, o sustento da família que conta com uma renda familiar mensal de mais ou menos R\$ 1.000,00. Arnaldo começou a trabalhar aos 13 anos, vendendo frutas e alho nas ruas da comunidade, feiras da redondeza e na praia. Abandonou a escola na 3ª série do primeiro grau. Possui uma filha que mora com a mãe da criança, mas que depende da ajuda de Arnaldo para sua manutenção. Em 1995, aos 17 anos, como estava desempregado ingressou no mutirão de reflorestamento visando a garantir à sobrevivência da família. Na visão de Arnaldo, o trabalho no mutirão se apresenta para ele como uma alternativa de trabalho que o afasta do tráfico e do crime. Como expectativa de futuro, pretende continuar na cooperativa ou conseguir um “emprego de carteira assinada e voltar a estudar”.

Rico, 18 anos, está vinculado ao mutirão de reflorestamento do Maciço da Pedra Branca. Rico está cursando a 6ª série do primeiro grau no horário noturno. Mora com a mãe, uma irmã e dois irmãos. Dos membros da família, apenas o próprio Rico e a irmã trabalham, somando juntos um rendimento mensal de R\$ 600,00. Seu ingresso no mutirão tem menos de um ano e ocorreu depois da morte de seu pai que também trabalhava no reflorestamento. Antes de trabalhar no mutirão, Rico fazia biscate, limpando terrenos na vizinhança. Tem como expectativa para o futuro profissional, cursar uma faculdade de engenharia para trabalhar em defesa do meio ambiente ou tornar-se um bombeiro.

Cláudio, 23 anos, residente no Vale dos Eucaliptos. Mora com a mãe, um irmão e um sobrinho. Os três adultos trabalham, perfazendo uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1.000,00. Cláudio começou a trabalhar aos 12 anos como trocador de Kombi, passando depois a trabalhar como açougueiro. Em 1998, com 20 anos, estava desempregado e entrou no mutirão de reflorestamento porque precisava ajudar em casa e quitar dívidas. Abandonou a escola na 5ª série do 1º grau. Não apresenta expectativa de mudança para o futuro, expressando vontade de permanecer na cooperativa em processo de organização e no caso dessa experiência fracassar, demonstrou interesse de retornar ao trabalho de açougueiro. Cláudio parece bastante acomodado à sua forma de vida e se declara desinteressado por uma possível volta à escola.

Cândido, 21 anos, residente na Estrada do Moricaba. Mora com o pai, a mãe, a irmã, o cunhado e o sobrinho. Dos membros da família adultos, apenas o pai, o cunhado e o próprio entrevistado trabalham, perfazendo juntos aproximadamente R\$ 1.000,00 o que corresponde a renda familiar mensal. Cândido ainda estuda no CIEP, seguindo a 8ª série do 1º grau. Começou a trabalhar com o seu pai, que é pintor de parede autônomo, sem ter participado de nenhum curso profissionalizante, ingressou no mutirão de reflorestamento em 1997, com 18 anos, porque estava desempregado e precisava do salário. Sua maior aspiração para o futuro é formar um grupo de pagode e tornar-se pagodeiro.

Luiz, 17 anos residente na comunidade Vila Carioca - Inhacuba. Estudou apenas até a 3ª série do primeiro grau e abandonou a escola. Mora com uma tia e uma prima, embora sua mãe e os irmãos morem na mesma vila de quartos de fundos. Começou a trabalhar aos 8 anos no roçado em uma fazenda no município de Cassimiro de Abreu e migrou para cidade do Rio de Janeiro. Ingressou no mutirão de reflorestamento em 1999, com 16 anos onde permanece até o momento. Na casa da tia, é o único membro que trabalha, obtendo uma renda mensal de R\$ 453,00. Está na expectativa de prestar o Serviço Militar e expressa como aspiração futura no campo profissional, trabalhar com carteira assinada como motorista de ônibus.

Francisco, 21 anos residente na favela de Vigário Geral. Possui o 2º grau completo e está participando da Banda I do Centro Cultural Afro Reggae. Mora com o pai, a mãe e um primo dos quais apenas este último não trabalha. A renda mensal dos três membros que trabalham é de mais ou menos R\$ 2.000,00. Como coordenador do Grupo Cultural, sua renda mensal é de R\$ 900,00. Começou a trabalhar aos 16 anos, como office-boy na Eletrobrás. Atraído pela oficina de capoeira, ingressou em 1996, aos 18 anos, no Centro Cultural Afro Reggae. Francisco mostrou-se entusiasmado com o seu trabalho e se declara interessado em continuar no futuro na carreira artística, tornando-se músico profissional.

Elias, 18 anos, residente na favela de Vigário Geral. Frequenta o Tele Curso, visando atingir como escolaridade o 1º grau completo. Frequentou, mas não concluiu, os cursos profissionalizantes de datilografia e de estamperia. Mora com a mãe e um irmão, dos quais todos trabalham mas, apenas a mãe e o próprio entrevistado contribuem para a renda mensal da família que é de aproximadamente R\$ 600,00. Elias começou a trabalhar aos 12 anos, como vendedor ambulante de picolé na praia, depois trabalhou como office-boy, como auxiliar de metalúrgico e ajudante numa loja de manutenção de computadores. No final de 1997, aos 15 anos ingressou no Centro Cultural Afro Reggae quando estava desempregado, integrando a oficina de instrumentos de percussão. Logo depois conseguiu emprego e se desligou do Centro. Posteriormente, foi chamado para fazer um teste de seleção para integrar a Banda II à qual encontra-se vinculado. Elias pretende seguir a carreira artística, tornando-se um músico profissional.

Lia, 18 anos, residente na favela de Vigário Geral, é integrante da Banda II do Centro Cultural Afro Reggae. Está cursando o 2º grau pelo Sistema de Ensino da Comunidade (SENEC). Mora com a mãe e um irmão, dos quais apenas Lia e a mãe trabalham, obtendo conjuntamente uma renda familiar mensal de mais ou menos R\$ 300,00. Lia começou a trabalhar fora aos 15 anos como atendente em uma padaria. Ingressou no Grupo Afro Reggae, em 1997, aos 16 anos, integrando a oficina de dança. As viagens e as apresentações da banda em diferentes locais despertaram o interesse da entrevistada pelo projeto. Assim, suas expectativas de futuro se vinculam ao seu desejo de profissionalizar-se como professora de dança.

Mila, 19 anos, residente na favela de Vigário Geral, é integrante da Banda I do Centro Cultural Afro Reggae. Mila está cursando o 2º grau no Sistema de Ensino da Comunidade (SENEC). Mora com a mãe, o pai, três irmãs, a avó e três sobrinhos num total de nove moradores. Destes, apenas três trabalham, somando juntos uma renda familiar mensal de R\$ 900,00. A entrevistada recebe uma bolsa de R\$ 100,00. A Banda Afro Reggae é seu primeiro trabalho. Ingressou no centro, em 1994, aos 13 anos, para participar da oficina de dança. A entrevistada declara-se muito empolgada com a

experiência adquirida, ressaltando que tornou-se mais responsável e estimulada para estudar após sua vinculação ao Afro Reggae. Suas aspirações futuras apontam para uma carreira universitária que não está muito definida. A entrevistada declara-se interessada em fisioterapia ou psicologia, embora também admita como o seu desejo trabalhar como professora de dança

As experiências de trabalho e de emprego dos jovens entrevistados apresentam uma enorme diversidade, tais como trabalho de faxina, trabalho temporário em pequeno comércio familiar, trabalho de distribuição de folhetos de propaganda, trabalho em gráfica, frentista de postos de gasolina, trabalhos em cooperativas de serviços, além de “bicos” diversos. Outra característica comum na trajetória de vida do segmento pesquisado é o trabalho precoce. Para esses jovens o trabalho precoce não surge como uma opção pessoal, mas como uma necessidade para o sustento da família. Dessa forma, os elementos recolhidos na pesquisa mostram que as famílias têm grande influência sobre a trajetória profissional dos jovens trabalhadores.

No que se refere à motivação desses jovens para ingressar nos grupos estudados, os jovens ligados às cooperativas indicaram como suas principais razões, o enfrentamento do desemprego e a necessidade de “ajudar” na manutenção da família. Já, os jovens integrantes das bandas musicais organizadas pelo Centro Cultural Afro Reggae apontam, nos seus relatos, como motivos principais para sua inserção no grupo, o interesse pelo desenvolvimento de uma formação artística e a possibilidade de construção de um novo projeto de vida. Dessa forma, o Centro Cultural Afro Reggae, pelo conteúdo de sua proposta de inserção social que não se reduz à mera geração de renda, chega a viabilizar um processo amplo de formação profissional com desdobramentos diferenciados para o futuro. Em conseqüência, a mediação estabelecida através do Afro Reggae, baseada no resgate da dimensão educativa do trabalho, reelabora a representação do trabalho como necessidade de sobrevivência. O significado do grupo para seus integrantes pode ser traduzido pelo depoimento de um participante da banda I: *“O Afro Reggae amplia a visão de mundo e desperta em cada um a consciência de si e do mundo. Para mim, melhorou minha auto-estima e passei a entender porque era discriminado, principalmente, quando havia blitz”* (C.N.J. - 20 anos).

Contrariamente, o sentido do trabalho percebido pelos jovens vinculados ao Projeto Mutirão de reflorestamento se restringe à sua função instrumental, traduzida na visão dos entrevistados, como meio de sobrevivência e representada no cotidiano de suas vidas, pelo “emprego”. No mundo das cooperativas estudadas, a pesquisa mostra que os estereótipos quanto às representações de virilidade e feminilidade são fortemente utilizados na gestão dessa mão de obra. A incompatibilidade do trabalho de reflorestamento para as mulheres é fortemente justificada pelo esforço físico que o mesmo acarreta, visto que caracteriza-se como um trabalho braçal, constando de

serviço de limpeza e preparação do solo para o plantio de mudas, atividades consideradas muito pesadas e, portanto, inadequadas à condição feminina. As cooperativas e o grupo cultural, mencionados acima, representam posições bipolares quanto à formação, ao sentido do trabalho e às relações de gênero. Em relação a esta última questão, as trajetórias ocupacionais percorridas indicam estratégias individuais diferenciadas no enfrentamento da crise no mercado de trabalho, segundo o sexo. Nessa questão, cabe ressaltar a disposição das jovens entrevistadas no sentido de um investimento maior na sua formação profissional, o que expressa uma posição mais determinada que os homens na definição de seus projetos profissionais. Cabe lembrar, entretanto, que as escolhas profissionais de secretária e de recepcionista identificadas na pesquisa em termos preferenciais pelas entrevistadas são tradicionalmente conhecidas na sociedade como profissões femininas, reproduzindo a construção sócio-cultural dominante em nossa sociedade que, na divisão sexual do trabalho, define as atividades específicas para homens e mulheres.

Como tendência, observamos que o direcionamento dado pelas organizações de trabalho generalizam o padrão masculino de trabalho, a exemplo do que ocorre com as cooperativas de reflorestamento e de pesca, onde a participação da mulher é inexistente e mesmo com o Centro Afro Reggae, onde sua presença ainda é muito reduzida. Por outro lado o CRT/Pastoral do Menor, órgão de mediação de mão-de-obra de jovens em busca de emprego, sinaliza que a presença feminina nesse mercado encontra-se em ascensão, alterando essa tendência de supremacia do homem, pelo equilíbrio que se expressa na relação de inscritos entre jovens do sexo masculino e do sexo feminino. Isto demonstra que as possibilidades de inserção nesse mercado informal tendem a alterar essa relação e que as mulheres estão cada vez mais presentes nas agências de formação profissional e de encaminhamento para as oportunidades de trabalho.

Os jovens entrevistados se declaram, recorrentemente, comprometidos com o sustento de suas famílias. Em seus relatos referentes ao destino da remuneração recebida pelo trabalho, a maioria afirma priorizar “o sustento da família”. Em alguns casos todo rendimento mensal do filho é repassado para a mãe que assume a responsabilidade de administrar o orçamento doméstico. É importante salientar que esses jovens são provenientes de famílias que não foram capazes de manter os filhos fora do mercado de trabalho até o término do ensino fundamental. Mesmo assim, identifica-se no contexto desse grupo expectativas de carreira futura, muitas vezes difusas, como por exemplo o desejo de um jovem tornar-se engenheiro ao lado do seu desejo de tornar-se bombeiro. Nota-se também que as expectativas de futuro profissional nas declarações dos entrevistados, indicam pouca conexão com as condições educacionais que os mesmos apresentam. Entre as opções por eles apontadas,

encontram-se as de administrador de empresa, médico, fisioterapeuta, músico, militar, psicólogo, ao lado de outras atividades profissionais que não exigem formação escolar universitária, como pedreiro, pagodeiro, motorista de ônibus e professor de dança. Para interpretar as diversas atividades remuneradas desenvolvidas pelos jovens trabalhadores como trabalho é preciso entender esta categoria num sentido amplo, não apenas o trabalho assalariado e formal, mas também, o trabalho não assalariado, informal (Hirata, 2002).

Para se compreender as formas de organização da reprodução no grupo familiar, na perspectiva de análise que adotamos, o caminho a ser seguido supõe a decifração do conteúdo e da organização das necessidades de reprodução. A problemática que envolve esse desenvolvimento ultrapassa os objetivos desse texto, pois requer uma maior discussão no terreno das necessidades humanas como principal chave analítica. Embora a questão das necessidades humanas, que afirma a ampliação da cidadania como estratégia fundamental, não tenha sido abordada adequadamente, as situações objetivas aqui reveladas se constituem indicadores importantes de modos de vida carregados de incertezas e vulnerabilidades. Por outro lado, parece incontestável que as formas de vida da maioria dos entrevistados, mesmo situados nos limites da sobrevivência, não os impedem de elaborar projetos de vida futura que incluem a preocupação com a melhoria de vida e a realização de aspirações profissionais distantes de sua realidade de trabalho presente.

Notas finais

O objetivo deste texto é contribuir para a reflexão sobre a organização da reprodução social nas famílias das classes trabalhadoras, procurando delimitar novas pistas de pesquisa.

Primeiramente, é preciso começar esclarecer os limites das reflexões aqui construídas, visto que as mesmas, por se respaldarem em estudo de caso, não permitem generalizações. Sua importância, no entanto, consiste em apresentar os achados da pesquisa como indicativos de tendências manifestas em contextos diversos. Isto porque a pesquisa que respalda essas reflexões não permite uma maior incursão na dimensão cultural que envolve o processo de reprodução social. Dessa forma, nosso esforço de reflexão se restringe a apontar os aspectos revelados no estudo enquanto tendências na organização da reprodução social dos sujeitos pesquisados.

As trajetórias individual e familiar dos jovens trabalhadores enfocados na pesquisa revelam espaços importantes pelos quais transitam esses sujeitos, para organizar sua reprodução social. As práticas sociais de formação profissional e de organização do trabalho identificados intervêm, de modo bastante decisivo, no processo de reprodução material e espiritual dessa força de trabalho, atuando na conjuntura atual sob o impacto das transfor-

mediações no mercado de trabalho. Nessa realidade, as mediações estabelecidas no âmbito do trabalho tendem a ser constituídas, predominantemente, no mercado informal, o que tem submetido o trabalhador, cada vez mais a situações diversas de instabilidade e de segurança em suas formas de vida. Portanto, o desenho dessas trajetórias resulta de processos contraditórios de produção de experiências, onde atuam tanto determinações econômicas e opção pessoal como também mediações importantes no campo da educação profissional e do trabalho. Trata-se de mediações estabelecidas através da ação concreta de organizações formadoras ou de trabalho, mediante estratégias distintas de ação que podem afirmar ou negar o conteúdo educativo das experiências de trabalho que implementam. No discurso dos jovens, mesmo carregado de preocupações com o futuro no mundo do trabalho, é possível identificar em suas declarações possíveis diferenciações que delimitam suas expectativas e percepções sobre suas condições de vida.

O estudo da reprodução social como um processo que não se limita aos indicadores sócio-econômicos exige que se leve em consideração a influência de fatores políticos e culturais na configuração desse processo. Particularizando a reprodução social de jovens trabalhadores cariocas, nos parece oportuno assinalar que esses personagens, nas palavras de Novaes (1997): “cresceram e foram socializados sob o impacto de uma cultura do medo”. Sobre essa questão, a autora com base em pesquisa sobre a trajetória de vida de jovens oriundos dos espaços conflituados do Rio de Janeiro assinala: “... via regra os jovens das camadas populares convivem cotidianamente com o tráfico de drogas, com a corrupção policial, com o medo e com a banalização da morte” (Novaes, 1997:121). Em referência a esse contexto, a grande indagação colocada pela autora consiste em saber como “produzem-se e/ou reproduzem-se formas de solidariedade e sentidos da vida entre esses jovens”. A resposta a esta pergunta é remetida aos efeitos das ações de mediadores sobre as trajetórias desses jovens. Centrando-se, em suas análises, nas diferentes instâncias das igrejas, do Estado, da mídia e das várias organizações da sociedade civil atuantes nesses espaços conflituados, a autora reconhece que: “com todas as ambigüidades e ambivalências das mediações propostas, existe hoje uma circulação das idéias de **cidadania** e **solidariedade** que não é sem conseqüências para os destinos destas parcelas de jovens cariocas” (Novaes, 1997:155). Assim, o ponto de vista da autora com o qual partilhamos, é sem tentar minimizar a questão da violência no Rio de Janeiro, que os valores e motivações disseminados nas variadas formas de ação social têm conseguido, de alguma maneira, se contrapor à generalização da chamada “cultura do medo”.

As informações apresentadas mostram que a “instabilidade” na relação desses jovens trabalhadores com o mercado de trabalho tem como conseqüência mais imediata a desestruturação de suas formas de vida, das

quais depende a sua reprodução e busca de novas estratégias de sobrevivência através de outros meios. Seguindo as reflexões de Telles (2001), consideramos que nesse contexto ocorrem não apenas a degradação das condições materiais de vida, mas também fraturas importantes nas identidades estruturadas em torno do trabalho. Para modificar esse quadro parece inquestionável a necessidade de formulação de políticas públicas que reforcem e multipliquem a ação de mediadores na organização do trabalho e da formação profissional. Nessas notas finais cabe enfatizar a relevância da dimensão político cultural ao lado dos elementos sócio-econômicos nos processos de intervenção social voltados para o direcionamento ou redirecionamento de trajetórias de vida.

Para finalizar, devemos voltar a lembrar que os jovens pesquisados se inscrevem na massa de trabalhadores sem uma qualificação adequada, cujas rendas obtidas na informalidade, são quase totalmente absorvidas pela aquisição de bens de primeira necessidade, o que configura um padrão de vida ao nível da subsistência. Como “padrão de vida” e “modo de vida” não significam a mesma coisa, podemos admitir, inspirados em Thompson, que um incremento no consumo, necessariamente não leva a uma mudança qualitativa no modo de vida de um grupo. A partir dessas notas, esboçamos como prioridade na questão da reprodução social a participação dos sujeitos de direitos na organização de suas necessidades, rompendo com as mediações assistenciais no campo das políticas sociais que reafirmam a formação de identidades subalternas.

Bibliografia

- BILAC, E. D. *Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares*. In: Ribeiro, I e Ribeiro, A. C. T. (orgs) *Famílias em processo contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo, Edições Loyola, 1995.
- _____. *Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil*. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice/AMPOCS, 1991.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Racionalização Econômica e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de trabalho no Capital Avançado*. In: Mattoso e Oliveira (org.) *Crise e trabalho no Brasil – Modernidade ou volta ao passado?* Campinas, Scritta, 1996.
- FERRETI, C.J. *Educação para o trabalho*. In: *o trabalho no limiar do século XXI*. São Paulo, Ed. LTR, 1995.
- FRIGOTTO, Galdêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo, Ed. Cortez, 1995.
- HELLER, A. *Teoria de las Necesidades em Marx*. Barcelona, Ediciones Península, 1978.
- MACÊDO, M. de A. *Trabalho de adolescentes socialmente assistidos: avanço ou recuo de uma política?* O Social em Questão Ano I N° 1 - Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-RIO, 1997.
- _____. *Trabalho informal e política de inserção - uma relação em debate*. Revista de Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, UFMA, V. 6, N° 1, 2002.
- NOVAES, R. R. *Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais*. In: Viana, H. (org.) *Galeras cariocas - territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- OLIVEIRA, F. de. *Questões em torno da esfera pública*. In: Serra, R. (org.) *Trabalho e Reprodução - enfoques e abordagens*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- TELLES, V. *Pobreza e cidadania: precariedade e condição de vida*. In Martins e Ramalho, (org.). *Terceirização - diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Editora HUCITEC CEDI/NETS, 1994.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1991.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, V. 2, 1987.